AGRONEGÓCIO DE GRÃOS NO PLANALTO SANTARENO, PARÁ: TRÊS DÉCADAS DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

GRAIN AGRIBUSINESS IN THE SANTARÉM PLATEAU, PARÁ: THREE DECADES OF SOCIOENVIRONMENTAL IMPACTS.

LA AGROINDUSTRIA DE CEREALES EN LA MESETA DE SANTARÉM, PARÁ: TRES DÉCADAS DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES

Raoni Fernandes Azerêdo*
raoniazeredo@gmail.com
Leandro Pansonato Cazula*
leandrocazula@gmail.com
Gilson Fernando De Jesus Rego**
regogilson@yahoo.com.br
Felicidade Carolaine da Silva Castro*
felicidadecarolaine@gmail.com
Marcele Santos Dias*
marcellydiasmunduruku@gmail.com

*Universidade Federal do Oeste do Pará
**Comissão Pastoral da Terra

Resumo:
Este artigo analisa os impactos socioambientais do agronegócio de grãos sobre as aldeias Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, Pará, ao longo de três décadas de expansão dessa atividade na região. A partir de abordagem qualitativa de natureza exploratória, combinam-se análise documental, séries históricas de dados secundários e entrevistas semiestruturadas realizadas em 2023 com lideranças indígenas das aldeias Açaizal e Cavada. Os resultados evidenciam que o conflito territorial não se reduz a uma disputa fundiária, configurando um processo de expropriação que opera simultaneamente sobre a identidade coletiva, o território, a saúde e os sistemas alimentares desses povos, viabilizado pelo financiamento público ao agronegócio, pela construção da infraestrutura logística e pela omissão dos órgãos de fiscalização. Diante desse quadro, as comunidades articulam autodemarcação, mobilização política e fortalecimento identitário como formas de resistência ao avanço do regime alimentar corporativo sobre seus territórios.

Palavras-chave: Amazônia, Agronegócio, Conflito, Fronteira Agrícola, Questão Indígena.

Recebido para publicação em 30/04/2026
Aceito para publicação em 25/09/2026

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
This article analyzes the socio-environmental impacts of grain agribusiness on the Munduruku and Apiaká villages of the Santarém Plateau, Pará, over three decades of expansion of this activity in the region. Drawing on an exploratory qualitative approach, the study combines documentary analysis, historical series of secondary data, and semi-structured interviews conducted in 2023 with indigenous leaders from the Açaizal and Cavada villages. The results show that the territorial conflict cannot be reduced to a land dispute, constituting an expropriation process that operates simultaneously on the collective identity, territory, health, and food systems of these peoples, enabled by public financing of agribusiness, the construction of logistical infrastructure, and the omission of regulatory bodies. In response to this context, the communities articulate self-demarcation, political mobilization, and identity strengthening as forms of resistance to the advance of the corporate food regime over their territories.

Keywords: Amazon, Agribusiness, Conflict, Agricultural Frontier, Indigenous Issues.

Résumé / Resumen:
Este artículo analiza los impactos socioambientales del agronegocio de granos sobre las aldeas Munduruku y Apiaká de la Meseta de Santarém, Pará, a lo largo de tres décadas de expansión de esta actividad en la región. A partir de un enfoque cualitativo de carácter exploratorio, se combinan análisis documental, series históricas de datos secundarios y entrevistas semiestructuradas realizadas en 2023 con líderes indígenas de las aldeas Açaizal y Cavada. Los resultados evidencian que el conflicto territorial no se reduce a una disputa por la tierra, configurando un proceso de expropiación que opera simultáneamente sobre la identidad colectiva, el territorio, la salud y los sistemas alimentarios de estos pueblos, viabilizado por el financiamiento público al agronegocio, la construcción de infraestructura logística y la omisión de los organismos de fiscalización. Ante este escenario, las comunidades articulan autodemarcación, movilización política y fortalecimiento identitario como formas de resistencia al avance del régimen alimentario corporativo sobre sus territorios.

Mots-clés / Palabras-clave: Amazonia, Agronegocios, Conflicto, Frontera Agrícola, Cuestión Indígena.

Introdução

No Planalto Santareno, situado a oeste do estado do Pará, as aldeias Munduruku e Apiaká convivem há três décadas com o avanço da sojicultura sobre seus territórios ancestrais. Esse processo pode ser compreendido a partir do conceito de regime alimentar corporativo (McMichael, 2013), que situa a reorganização do uso da terra e das formas de controle do espaço em Santarém, e em demais municípios próximos, como parte de um circuito global de produção e circulação de *commodities*, no qual corporações transnacionais subordinam territórios tradicionalmente ocupados às exigências do capital agroindustrial. Esse circuito é viabilizado por mecanismos institucionais, econômicos e normativos que expressam dinâmicas mais amplas de expansão do capital sobre territórios tradicionais (Harvey, 2004), produzindo impactos socioambientais que avançam sobre as comunidades na forma de violência simbólica (Bourdieu, 1989) e violência lenta (Nixon, 2011). Essas dimensões são capturadas parcialmente nos documentos institucionais e as vozes das lideranças indígenas explicitam em sua dimensão vivida.

Este artigo analisa esses impactos sobre as aldeias Munduruku e Apiaká do município de Santarém, articulando dados secundários, documentos institucionais e depoimentos de lideranças indígenas. O recorte temporal abrange de meados dos anos 1990 a 2024, correspondente à consolidação do corredor logístico Tapajós-Amazonas, à instalação do terminal portuário da Cargill em Santarém e ao acirramento progressivo do conflito fundiário nas aldeias. Parte-se do pressuposto de que o conflito analisado ultrapassa a dimensão estritamente fundiária, envolvendo transformações mais amplas que atingem, de forma articulada,

aspectos territoriais, socioculturais, ecológicos, sanitários e institucionais das comunidades indígenas.

O texto está organizado em três seções analíticas. A primeira reconstrói a trajetória histórica de chegada e consolidação do agronegócio de grãos no Planalto Santareno. A segunda examina a estrutura de apropriação da terra e do crédito rural, a expansão dos plantios de grãos, o desmatamento e o fluxo de commodities. A terceira apresenta os impactos socioambientais nas aldeias a partir das vozes indígenas, organizados em seis categorias. O artigo encerra com as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

O estudo desenvolve-se a partir de abordagem qualitativa, com complemento quantitativo, estruturada na articulação de diferentes procedimentos de coleta e análise de dados, de modo a captar a complexidade empírica do fenômeno investigado. O primeiro procedimento compreendeu a análise documental de inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público Federal, dados fundiários e cartográficos e relatórios de organizações da sociedade civil. O segundo foi a análise de séries históricas de dados secundários, incluindo dados do PRODES/INPE sobre desmatamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre estrutura fundiária e produção agrícola, e do Banco Central do Brasil sobre crédito rural no estado do Pará e nos municípios analisados. Como eixo empírico principal, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas em 2023 com lideranças indígenas das aldeias Açaizal e Cavada, selecionadas intencionalmente em função de sua atuação formal nas estruturas de liderança comunitária e de seu envolvimento direto

nas dinâmicas de resistência territorial, critérios que asseguraram a capacidade de articular, a partir da experiência vivida, as múltiplas dimensões do conflito vivenciado. As entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas por meio de categorização temática indutiva, da qual emergiram seis categorias analíticas interdependentes que estruturam a seção de resultados, a saber, identidade, conflito fundiário, ecologia e saúde, sistemas agroalimentares, instituições estatais e resistência indígena.

A chegada do Agronegócio de grãos no Planalto Santareno, Pará

A transformação da agricultura brasileira ao longo da segunda metade do século XX esteve associada à incorporação progressiva de tecnologias, crédito e políticas públicas voltadas à ampliação da produtividade, inserindo o setor em dinâmicas cada vez mais articuladas ao mercado (Delgado, 1985; Silva, 1987). O Estado buscou integrar o campo aos mercados de máquinas, insumos e agroindústria, sem alterar a estrutura fundiária. Como resultado, ampliaram-se a concentração da terra, as desigualdades de renda, o êxodo rural, a exploração do trabalho e a precarização das condições de vida no campo (Palmeira, 1989).

A perspectiva estatal da época baseava-se em uma visão desenvolvimentista, que acentuava uma agressiva política territorial, tendo na construção de Brasília e no Plano de Metas o corolário de mudanças significativas para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil (Diniz, 2006). Nesse contexto, a atuação estatal foi decisiva ao viabilizar condições materiais e institucionais para a expansão agrícola, por meio da implementação de infraestrutura,

incentivos econômicos e estratégias de ocupação territorial. Para Delgado (1985),

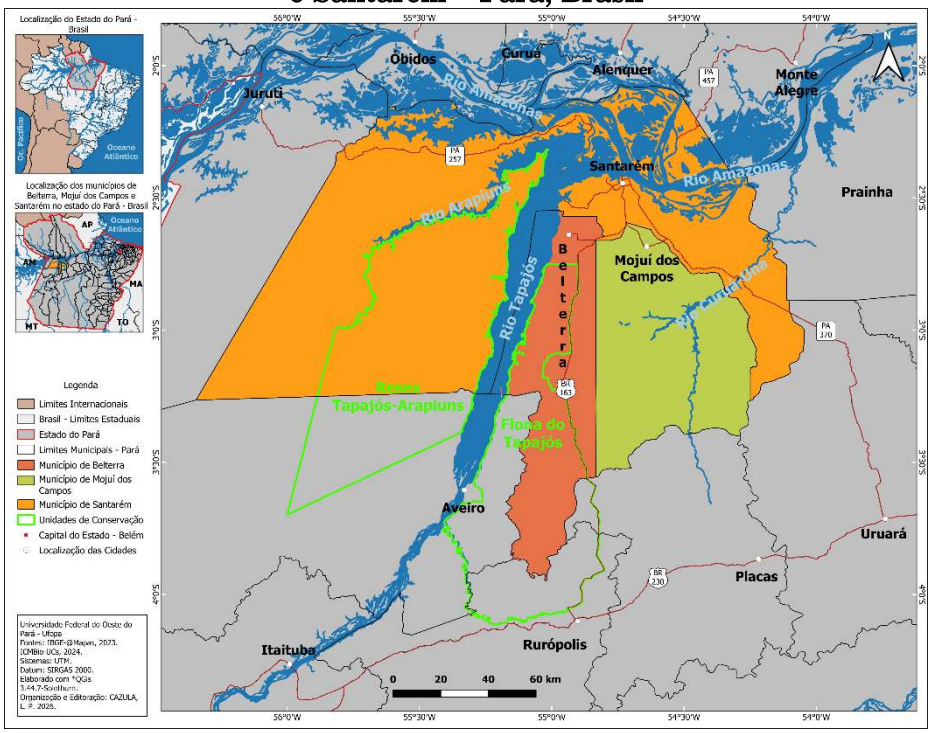
> [...]essa concepção compreendeu uma forma planejada de organizar o espaço, promover sua racionalização técnica e, nele, instalar serviços articulados para o objetivo de sua exploração eficiente (Delgado, 1985, p.108).

A título de ilustração, o I Plano Nacional de Desenvolvimento de 1972-1974 articulou-se diretamente ao Programa de Infraestrutura Nacional (PIN), viabilizando a construção de grandes rodovias federais, entre as quais a Transamazônica (BR-230, 1970) e a Cuiabá-Santarém (BR-163, 1973), obras que abriram a floresta de forma agressiva e contribuíram para a formação de um extenso arco de desmatamento com consequências devastadoras para as populações da região (Becker, 1982). Sustentadas pelo discurso da integração e defesa nacional da Amazônia Legal, essas políticas desdobraram-se em grandes projetos agrícolas e de extração mineral, além da criação do Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), que instituiu a colonização agrícola em uma faixa de 100 km ao longo das rodovias. Concebida para expandir a produção de grãos em seu entorno e escoar a produção pelo porto de Santarém, a BR-163 funcionou como eixo logístico que priorizou a eficiência produtiva e a apropriação privada dos recursos naturais em detrimento das condições socioterritoriais e da equidade local (Becker, 1982; Kohlhepp, 2002; Torres, 2005).

Desde o início do século XXI, nos eixos da BR-163 e da PA-370, a expansão do agronegócio e de seus monocultivos intensificou-se sobre áreas antes ocupadas pela pecuária, agricultura familiar e floresta. Nesse processo, grileiros, madeireiros, agricultores

capitalistas e latifundiários atuam de forma articulada, em uma região marcada pela grilagem, consolidação do latifúndio e conflitos com intimidação e violência contra posseiros e camponeses. A apropriação capitalista da terra destaca-se pela rapidez com que grupos econômicos capturam riquezas naturais diante da inoperância estatal (Cazula, 2021).

Mapa 1: Localização dos municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém – Pará, Brasil



Fonte: Elaborado pelos Autores.

No Planalto Santareno, desde meados da década de 1990, as terras localizadas em Santarém, ao longo da Rodovia Curuá-Una (PA-370), foram as primeiras a receber o plantio de soja, onde realizou-se os primeiros ensaios de pesquisa para o cultivo da cultura. Após resultados que demonstraram a viabilidade de produção na microrregião, empresários e técnicos governamentais viajaram ao Mato Grosso para divulgar o potencial agrícola da região

e atrair grandes produtores de grãos daquele estado (Puty *et al*, 2007). A partir de 1996, o governo do Pará definiu como eixo de sua política a mudança da matriz produtiva estadual, estabelecendo como prioritários a introdução do plantio da soja e sua agroindustrialização, com suporte tecnológico da Embrapa e investimentos em infraestrutura de transportes e políticas públicas para o agronegócio (Andrade; El-Husny; Silveira Filho, 2005). Em 1997 ocorreu a primeira colheita comercial de soja no município, que passou a receber agricultores capitalistas migrantes, majoritariamente do Sul do país, os quais traziam experiência com o cultivo de soja e milho e estratégias de aquisição de terras produtivas a baixo custo para a acumulação patrimonial. Do ponto de vista crítico, contudo, o processo histórico é muito mais contraditório:

> [...]seus efeitos decorrem tanto da expropriação de pequenos proprietários no Sul do país nas décadas de 1970 e 1980 quanto da indução estatal a uma ocupação racional das porções Centro-Oeste e Norte do Brasil (Azerêdo, 2022, p.187).

A crise cambial de 1999 marca uma virada macroeconômica no Brasil, impulsionando a expansão da produção de grãos em direção ao Norte e ao Nordeste, com deslocamento para os estados da Bahia, Maranhão, Tocantins, Piauí, Rondônia e Pará, numa corrida pela formação da "nova fronteira agrícola baseada num plantio moderno de soja" (Facchini; Herrisson, 2000). Os municípios do Planalto Santareno, situados às margens do rio Tapajós, próximos à confluência com o rio Amazonas e integrados por eixos rodoviários, ocupavam posição estratégica frente aos interesses do setor produtor de grãos, atraindo amplo interesse das empresas do complexo agroindustrial com vistas à redução dos custos de escoamento da produção oriunda principalmente do Mato Grosso e destinada à

exportação pelas hidrovias dos rios Tapajós e Amazonas. Esse escoamento foi progressivamente ampliado pelos investimentos em infraestrutura de transporte associados à inauguração do Porto da Cargill em 2003 (Terra de Direitos, 2023), na orla de Santarém, à pavimentação da BR-163 e ao complexo portuário de transbordo instalado no distrito de Miritituba, em Itaituba, denominado Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), empreendimentos que promoveram aumento expressivo da área cultivada nos municípios do entorno e desencadearam conflitos sociais que afetaram sobretudo os modos de vida baseados na agricultura familiar de povos tradicionais e indígenas (Cazula, 2021; Barros et al., 2024; Azevedo; Kato, 2024; INESC, 2024).

A Cargill não apenas viabilizou o escoamento da produção, mas impulsionou a primarização regional, ao posicionar as terras e a natureza do Planalto Santareno no centro das agendas de sujeitos privados e governamentais. Nessa lógica, a infraestrutura logística opera como determinante estrutural do uso da terra, e não apenas como suporte passivo ao escoamento: uma vez instalada, ela consolida trajetórias de expansão da produção que se sustentam independentemente das oscilações do mercado internacional (Wesz Junior et al., 2021).

Agronegócio no Planalto Santareno: apropriação da terra, do crédito e do fluxo de grãos comoditizados

Na Região Norte, apenas 2% dos estabelecimentos agropecuários, aqueles com mais de 1.000 hectares, ocupam 85% da área agrícola total; no Pará, esse estrato representa 35% das unidades produtivas, mas responde por 75% da área colhida e por 77% do valor da produção de soja (IBGE, 2019). A expansão do

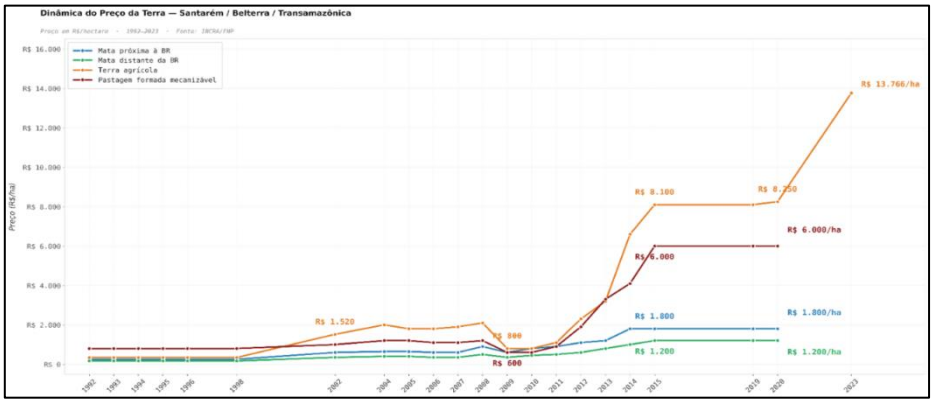
agronegócio assenta-se em bases estruturais que articulam a concentração fundiária e a valorização da terra como ativo econômico, seja pela produção, seja pela renda gerada via arrendamento ou especulação, ao amparo de uma arquitetura institucional construída pelo Estado. Tal arquitetura envolveu a flexibilização das legislações agrária e ambiental, o desenvolvimento da infraestrutura logística, ajustes cambiais, concessão de crédito e benefícios fiscais, investimentos em pesquisa agropecuária, celebração de acordos comerciais bilaterais, atração de capital estrangeiro, consolidação de grandes tradings e valorização das commodities no mercado internacional (Azerêdo, 2022). Articuladas às narrativas de lideranças analisadas na última seção deste artigo, as evidências descrevem a chegada dos agricultores capitalistas como movimento deliberado de cooptação, grilagem e pressão territorial, cujo padrão de financiamento aponta para uma dimensão estrutural frequentemente invisibilizada no debate público: a consolidação do agronegócio na região não pode ser explicada exclusivamente pela iniciativa privada, estando fortemente associada à atuação do Estado na criação de condições que favorecem sua expansão e reprodução, processo pelo qual a expansão do capital sobre territórios tradicionais é mediada e legitimada por instrumentos institucionais públicos (Harvey, 2004).

Essa dinâmica supervalorizou o preço da terra nas últimas décadas (Figura 1). Entre 1992 e 1998, os valores permaneceram baixos e estáveis, entre R$ 254/ha e R$ 369/ha para terras agrícolas, refletindo uma economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura familiar, com baixa especulação e limitada integração às cadeias agroindustriais globais.

O aumento do valor da terra intensifica-se a partir de 2002, com a chegada da Cargill e de agricultores capitalistas ao oeste do Pará, acelerando-se até 2023. A terra agrícola passou de R$ 1.520/ha em 2002 para R$ 13.766/ha em 2023, valorização superior a 800%. A pastagem mecanizável seguiu trajetória semelhante, funcionando como área de transição para o cultivo de grãos. Já as áreas de mata valorizaram-se menos, indicando que o mercado fundiário não precifica a floresta em pé, mas seu potencial de conversão produtiva. Esse diferencial estimula o desmatamento como estratégia de valorização patrimonial.

No Planalto Santareno, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra que o baixo preço da terra e a garantia de compra pela Cargill, desde 2003, desencadearam intensa corrida fundiária, marcada por incêndios, expulsões, ameaças, grilagem e desmatamento (CPT, 2008). A expansão do monocultivo sobre áreas familiares provocou abandono de serviços comunitários, restrição de acesso a igarapés e áreas extrativistas, bloqueio de estradas e dificuldades ao escoamento da produção camponesa. Somam-se ainda os impactos dos agrotóxicos, a contaminação de mananciais, barragens em cursos d'água e remoção de mata ciliar, comprometendo a água e a vida comunitária (CPT, 2008; MPF, 2018).

Figura 1 – Dinâmica do Preço da Terra no Planalto Santareno (1992-2023)



Fonte: Adaptado de Monteiro (1997) ; FNP (2012-2020) ; Fabbri ; Oliveira (2024)

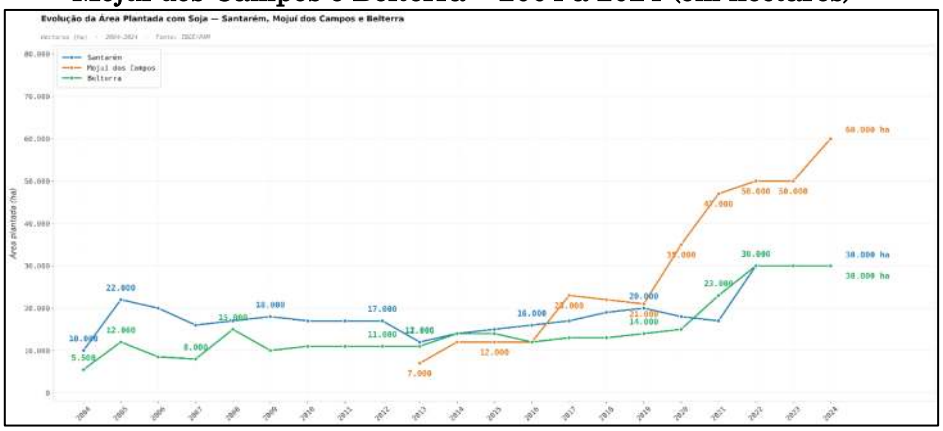
No Planalto Santareno, a valorização das terras veio acompanhada por um tripé estrutural: i) concentração agrária promovida pelo agronegócio de grãos, ii) desmatamento acentuado e iii) apropriação do crédito rural.

Em Santarém, apenas 4 dos 34 estabelecimentos recenseados, todos com mais de 1.000 hectares, foram responsáveis por 51% da colheita e 65% do valor de venda, que totalizou R$ 33,4 milhões em 10,3 mil hectares. Padrão semelhante repete-se em Belterra, onde 6 grandes estabelecimentos, de um total de 23, responderam por 39% da produção e 40% do valor comercializado (R$ 16,8 milhões). A concentração é ainda mais acentuada em Mojuí dos Campos, onde 12 estabelecimentos do mesmo estrato fundiário, num universo de 32, concentraram 71% da colheita e mais de 70% do valor de venda, que alcançou R$ 36,1 milhões (IBGE, 2019).

A evolução da área plantada com soja nos três municípios revela uma inflexão que não pode ser compreendida fora do contexto político-econômico nacional (Figura 2). Entre 2004 e 2016, as curvas de Santarém e Belterra apresentaram comportamento relativamente estável, com oscilações moderadas entre 8.000 e 22.000 hectares,

enquanto Mojuí dos Campos, recém-emancipado em 2013, iniciava sua trajetória com valores ainda contidos. É a partir de 2019 que se revela a inflexão mais significativa, com Mojuí dos Campos saltando de 21.000 ha para 47.000 ha em 2021 e alcançando 60.000 ha em 2024, crescimento de aproximadamente 186% em cinco anos. Santarém e Belterra acompanham essa tendência, ambas atingindo 30.000 ha em 2022 e mantendo esse patamar (IBGE, 2004-2025).

Figura 2 – Área plantada com soja nos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra – 2004 a 2024 (em hectares)



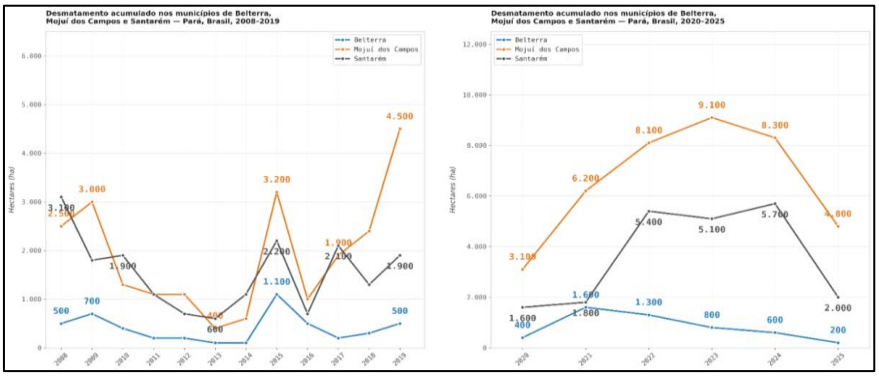
Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

Esse salto coincide com dois fatores complementares. O governo Temer (2016–2018) iniciou o desmonte da governança ambiental com a Lei 13.465/2017, cortes no Ibama e no Incra e enfraquecimento da fiscalização e da demarcação territorial. O governo Bolsonaro (2019–2022) aprofundou esse quadro com o esvaziamento institucional, paralisação de ações contra o desmatamento, oposição à demarcação de terras indígenas e nomeações alinhadas ao agronegócio, no contexto do chamado "passar a boiada".

No tocante ao desmatamento, a comparação dos dois períodos (2008–2019 e 2020–2025) articula-se com precisão às

dinâmicas já identificadas de valorização fundiária e expansão da área plantada (Figura 3).

Figura 3 – Desmatamento acumulado nos municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém — Pará, Brasil, 2008–2019 (área em hectares) e 2020–2025 (área em hectares)



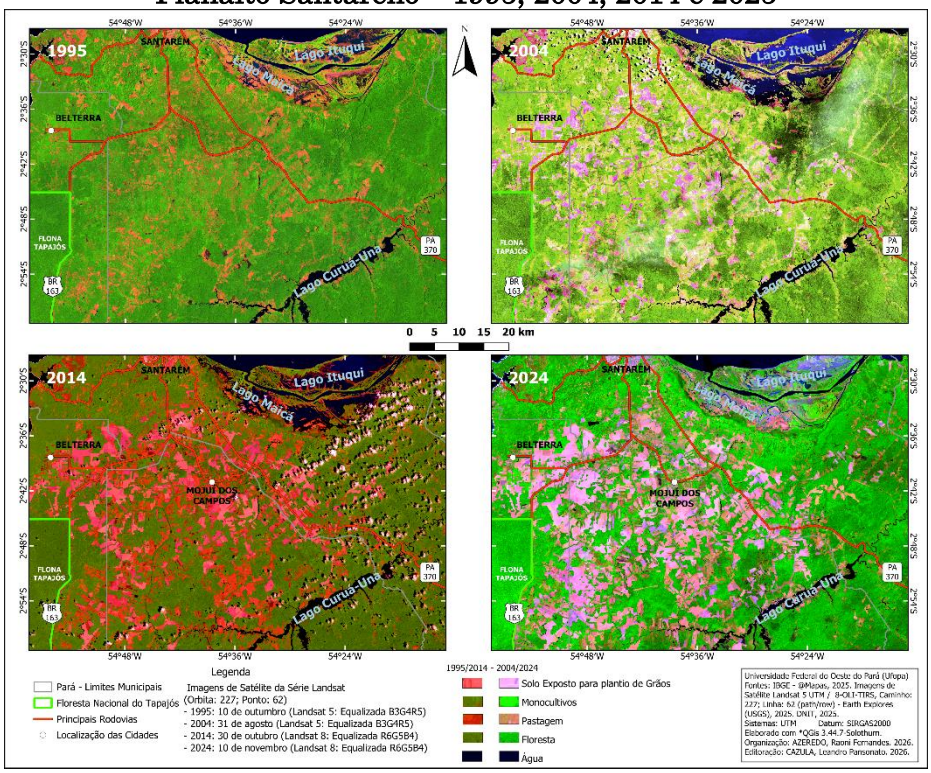
Fonte: Adaptado de INPE (2025).

No primeiro período (2008–2019), os dados do PRODES apontam padrão oscilante, com dois picos relevantes: em 2009, quando Mojuí dos Campos registrou 3.000 ha desmatados e Santarém 1.900 ha, e em 2015, quando Mojuí dos Campos atingiu 3.200 ha e Santarém 2.200 ha, período em que a área plantada com soja em Santarém e Belterra estabilizava em torno de 14.000–15.000 ha, sugerindo que o desmatamento verificado funcionou como abertura de novas áreas agrícolas para sustentar a expansão subsequente. Os valores de Belterra permanecem consistentemente baixos ao longo de todo o período, refletindo menor pressão fundiária relativa, coerente com os dados de área plantada que mostram o município como o de menor expansão do monocultivo entre os três.

A ruptura ocorre no segundo período (2020–2025), com magnitude que confirma as hipóteses levantadas anteriormente (Mapa 2). Mojuí dos Campos registra trajetória explosiva, saindo de 3.100 ha em 2020 para 9.100 ha em 2023, o maior valor absoluto de toda a série histórica combinada, recuando para 8.300 ha em 2024 e

4.800 ha em 2025. Santarém acompanha essa tendência de forma menos intensa, mas igualmente expressiva, saltando de 1.600 ha em 2020 para 5.700 ha em 2024. A correlação com os demais dados é triplamente significativa. Primeiro, o desmatamento acelerado de 2020–2023 em Mojuí dos Campos precede e acompanha o salto da área plantada de soja, que passa de 35.000 ha em 2020 para aproximadamente 60.000 ha em 2024, confirmando que o desmate abre a terra, que é rapidamente incorporada à lavoura. Segundo o período corresponde exatamente ao pico da valorização fundiária, com o preço da terra agrícola saindo de R$ 8.250/ha em 2020 para R$ 13.766/ha em 2023, movimento que retroalimenta o incentivo ao desmatamento, uma vez que a supressão da floresta nativa converte mata em pastagem e pastagem em lavoura, elevando o valor patrimonial do imóvel a cada etapa da conversão. Terceiro, o ápice do desmatamento em 2022–2023 coincide com o contexto político do governo Bolsonaro e com os elevados preços internacionais da soja, que tornaram a expansão agrícola extraordinariamente rentável. O recuo observado em 2024–2025 pode ser interpretado como efeito combinado da retomada parcial da fiscalização ambiental no governo Federal (2023-2026), do esgotamento relativo das áreas mais facilmente conversíveis dentro dos limites municipais e da redução das margens de lucro na produção de grãos, esta derivada da combinação entre a queda das cotações internacionais das commodities e o aumento do custo dos insumos, e não necessariamente como reversão dessa tendência.

Mapa 2 – Imagens com indicações do avanço de desmatamento no Planalto Santareno – 1995, 2004, 2014 e 2025



Fonte: Elaborado pelos autores.

O terceiro elemento do tripé que acompanhou a valorização das terras no Planalto Santareno é a apropriação do crédito rural, que aprofunda a concentração de poder do agronegócio de grãos. O estado do Pará recebeu, entre 2013 e 2025, R$ 61,09 bilhões em crédito rural, dos quais R$ 10,3 bilhões (16,81%) foram direcionados ao plantio de soja. No mesmo período, a participação da soja no crédito rural dos três municípios analisados mostrou-se substancialmente superior à média estadual, atingindo 31,38% em Santarém, 35,90% em Belterra e 44,56% em Mojuí dos Campos, evidenciando concentração setorial muito acima do padrão regional (BACEN, 2013-2025). Esse dado adquire significado analítico mais preciso quando articulado à estrutura fundiária já descrita: se poucos estabelecimentos concentram a maior parte da produção e do valor

de venda da soja, é razoável inferir que a apropriação do crédito rural segue distribuição igualmente assimétrica. O crédito, nesse contexto, não opera como instrumento de democratização do acesso à produção, mas como mecanismo de reprodução ampliada do capital agrário, favorecendo os grandes estabelecimentos com capacidade técnica e jurídica para acessar as linhas de financiamento disponíveis.

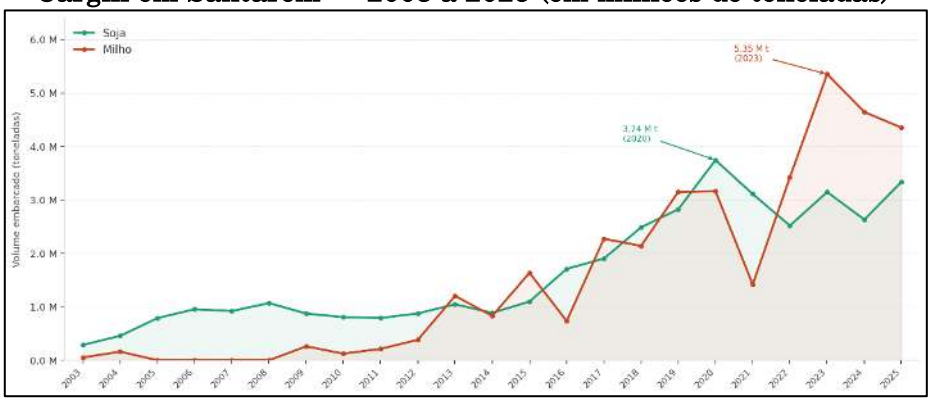
A leitura integrada do tripé, concentração agrária, desmatamento e apropriação do crédito rural, aponta para um circuito de acumulação territorialmente destrutivo e cronologicamente preciso, no qual o desmate abre a fronteira, a pecuária ocupa, a pastagem vira plantio de monocultivos (Domingues; Bermann, 2012), a terra se valoriza e o crédito rural financia o ciclo seguinte.

A viabilidade comercial desse circuito articula-se à Cargill, empresa central no fluxo de grãos em Santarém. Essa posição resulta da reconfiguração do sistema alimentar global sob o regime alimentar corporativo (McMichael, 2013), no qual corporações transnacionais controlam produção, logística e mercados, subordinando territórios às exigências do capital agroindustrial. A instalação do terminal em 2003, o corredor hidroviário Tapajós-Amazonas e contratos internacionais expressam esse poder corporativo.

Os dados de embarque de grãos pelo terminal da Cargill em Santarém mostram trajetórias distintas para soja e milho entre 2003 e 2025 (Figura 4). A soja iniciou com 337.325 toneladas em 2003 e atingiu pico de 3,74 milhões em 2020. O milho, ausente entre 2005 e 2008, ganhou destaque a partir de 2019, alcançando 5,35 milhões de toneladas em 2023 e superando a soja. Embora a maior parte do volume venha do Mato Grosso, a instalação do terminal em 2003

impulsionou a expansão local do monocultivo ao garantir escoamento e viabilidade logística à fronteira agrícola do oeste do Pará.

Figura 4: Volume de grãos embarcados pelo terminal portuário da Cargill em Santarém — 2003 a 2025 (em milhões de toneladas)



Fonte: Adaptado de Alphamar (2025).

A desagregação por destino revela a geografia política desse comércio. Em 2022, os 2,46 milhões de toneladas de soja embarcados seguiram predominantemente para a Europa, correspondendo a 71,4% do volume, distribuídos entre Espanha (493.154 t), Reino Unido (338.975 t), Argélia (369.469 t), Bélgica (171.826 t) e França (53.956 t); os 3,42 milhões de toneladas de milho percorreram rota inversa, com 71,4% do volume ingressando no arco latino-americano e caribenho, sendo o México responsável sozinho por 824.177 toneladas (Alphamar, 2025). Os monocultivos identificados nas proximidades das aldeias Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno não são, portanto, abstrações cartográficas: abastecem mercados europeus durante a safra de soja e americanos durante a safra de milho, em fluxos que se sucedem sem interrupção, sem período de recuperação para os ecossistemas ou para as populações que neles habitam.

Nesse circuito, a Cargill opera como a peça que viabiliza a disputa territorial: ao garantir, desde 2003, a compra e o escoamento

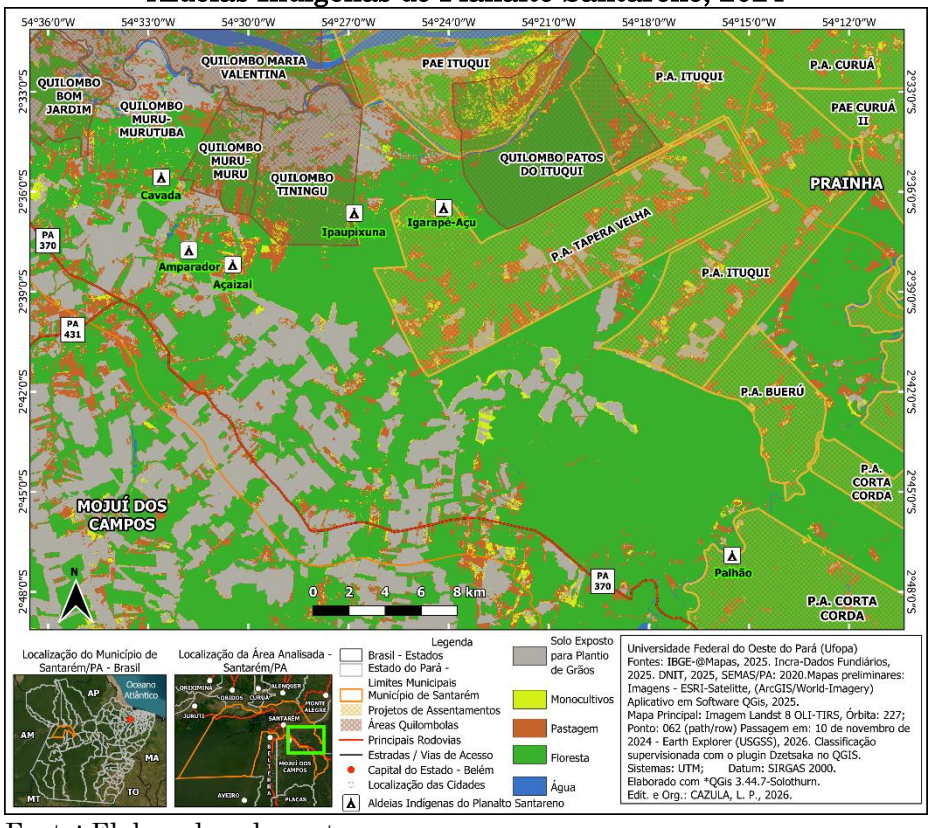
da produção pelo porto de Santarém, a empresa criou as condições econômicas que atraíram os agricultores capitalistas para a disputa pelas terras ancestrais, subordinando o uso do território no Planalto Santareno a demandas de mercados consumidores internacionais, e não sob as necessidades locais de produção ou reprodução social das aldeias indígenas. Nesse sentido, o que as lideranças indígenas descrevem como expulsão e perda da soberania alimentar corresponde, na lógica do regime alimentar corporativo, à conversão do bioma amazônico em matéria-prima para cadeias agroindustriais controladas por corporações transnacionais, sobre as quais as comunidades locais não exercem controle. O Entrevistado 1 (2023) sintetiza essa assimetria ao afirmar que "tudo vai para fora... a soja vai para exportação... e o pobre não pode mais comer um quilo de carne". É essa subordinação do território a sinais de preço e demanda externos, mediada por uma corporação que controla simultaneamente logística, financiamento e destino da produção, que caracteriza a essência do regime alimentar corporativo (McMichael, 2013) no Planalto Santareno.

Esse é o cenário da seção seguinte. As aldeias Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno enfrentam não apenas um conflito fundiário local, mas a pressão de um regime alimentar corporativo (McMichael, 2013) sobre território ancestral. A próxima seção analisa, a partir das vozes indígenas, seus efeitos sobre identidade, território, sistemas alimentares, relação com o Estado e resistência indígena.

Impactos socioambientais do agronegócio de grãos nas aldeias indígenas mundurukus e Apiaká do Planalto Santareno

As aldeias Munduruku e Apiaká localizam-se no município de Santarém, oeste do Pará, abrangendo as aldeias Açaizal, Amparador, Cavada, Ipaupixuna, Igarapé Açu e Palhão, distribuídas em um território que se estende do Lago Maicá, ao noroeste, pela rodovia PA-370, ao sul, e pelo rio Curuá-Una, a leste, inserido em uma das fronteiras agrícolas de expansão mais acelerada da Amazônia brasileira (Mapa 3).

Mapa 3: Visualização dos usos da área nas proximidades das Aldeias Indígenas do Planalto Santareno, 2024



Fonte: Elaborado pelos autores.

A visualização do uso da terra em novembro de 2024 revela forte pressão territorial sobre as aldeias, expressando cartograficamente o processo de expropriação identificado na pesquisa. Os monocultivos de grãos e solos expostos para plantio, sobretudo soja, ocupavam as maiores extensões, enquanto a pecuária tinha menor presença e os remanescentes de vegetação nativa e áreas de uso indígena correspondiam a parcela reduzida. Esse padrão reflete a expansão da fronteira agrícola capitalista sobre territórios historicamente ocupados pelos povos Munduruku e Apiaká. Cercadas ou contíguas às lavouras, as aldeias têm comprometidos o acesso à terra e os sistemas socioecológicos que sustentam sua reprodução física e cultural.

A sistematização dos impactos socioambientais causados pelo agronegócio de grãos aos povos Munduruku e Apiaká consta no Inquérito Civil nº 1.23.002.000393/2014-95 (fls. 82–94 (MPF, 2018) no qual as lideranças indígenas enumeram as consequências diretas da expansão do monocultivo de soja sobre seus territórios, entre as quais a destruição de sítios arqueológicos, o assoreamento do Igarapé do Açaizal e do Igarapé Ipaupixuna, a contaminação hídrica e atmosférica por agrotóxicos, a morte e contaminação de animais, o cercamento de áreas da aldeia mediante grilagem e comercialização irregular de terras, o assédio para compra de terras, ameaças e intimidações, o desmatamento de floresta primária com comprometimento das atividades extrativas e o desrespeito ao direito de passagem.

O Igarapé do Açaizal, principal fonte de abastecimento da aldeia e marco central da reivindicação fundiária indígena, é objeto de procedimento instaurado no MPF desde 2004 (IC nº 1.23.002.000432/2004-82) (MPF, 2018). A perícia antropológica

confirmou a gravidade dos impactos sobre esse corpo hídrico e sobre a Cachoeira da Cavada, espaço de uso cotidiano e de valor cosmológico para o grupo, hoje cercado e com acesso condicionado a pagamento, constatando sinais evidentes de assoreamento, redução no volume d'água e ausência completa de práticas de controle de erosão nas lavouras circundantes e nas vias de acesso à aldeia, onde o tráfego de maquinaria pesada é frequente (MPF, 2018).

Embora a coleta de amostras para análise química não tenha sido viável, dado o caráter difuso da poluição por agrotóxicos, sua aplicação sazonal e a realização da perícia em período de pós-colheita, a equipe pericial identificou cultivos e áreas de borrifação a distâncias de cinco a sete metros das moradias, sem quebra-ventos, faixas de segurança ou qualquer medida mitigadora dos riscos à saúde (IC nº 1.23.002.000393/2014-95, fls. 237–238) (MPF, 2018). Os impactos sobre a saúde são documentados de forma convergente: os indígenas relataram elevada ocorrência de diarreia e doenças intestinais, possivelmente associadas à contaminação dos cursos d'água, enquanto o enfermeiro responsável técnico pela atenção à saúde indígena no Polo Base do Distrito Sanitário Especial Indígena, registrou prevalência de problemas respiratórios e crises alérgicas, possivelmente associados à inalação direta de agrotóxicos pulverizados e à ingestão de alimentos contaminados (IC nº 1.23.002.000393/2014-95, fls. 255–256) (MPF, 2018).

A esses impactos soma-se o confinamento territorial. Embora as Glebas tenham sido bloqueadas para fins de regularização fundiária, ocupantes não indígenas permanecem explorando e cultivando soja no perímetro autodemarcado, inclusive nos arredores imediatos das aldeias, além de comercializar posses e praticar arrendamentos irregulares, fatos objeto de apuração nos

Inquéritos Civis nº 1.23.002.000116/2013-00 e 1.23.002.000568/2013-83 (MPF, 2018). A perícia antropológica produzida pelo Centro Nacional de Perícias do MPF (Parecer Técnico nº 563/2018–SPPEA) sintetiza a dimensão estrutural do problema: a indefinição fundiária, expressa na ausência de identificação e delimitação formal do território indígena, é indissociável dos impactos ambientais que ameaçam a integridade física e cultural do grupo (MPF, 2018). A compreensão dessas dimensões, contudo, não se esgota nos documentos institucionais.

As entrevistas com lideranças e membros das aldeias revelaram seis categorias analíticas interdependentes identidades, território, aspectos ecológico-sanitários, alimentação, instituições estatais e resistência indígena que permitem compreender o conflito no Planalto Santareno como um processo que reconfigura, de maneira interdependente, diferentes dimensões da vida social, territorial e ambiental das comunidades.

A primeira categoria refere-se à memória longa e à legitimidade histórica da presença indígena na região. Sustentada por evidências arqueológicas, registros históricos e memória oral, essa presença fortalece a reivindicação territorial para além do debate jurídico-formal. O Entrevistado 1 (2023), da Aldeia Açaizal, expressa essa temporalidade ao situar a ocupação histórica da bacia do Tapajós:

> Pelos relatos históricos, se for acompanhar, há uma cartilha que fala da Taperinha, dos primeiros navegantes e de uma pesquisa naturalista que relata a presença de indígenas e quilombolas na região, por volta de 1876... Já havia essa ocupação, e nossos sítios arqueológicos que encontramos nesta região, com peças que datam de 7 mil anos, comprovam uma ocupação milenar (Entrevistado 1, 2023).

Essa presença não se limita à antiguidade. Ela articula territorialidade e estratégia de sobrevivência, na medida em que o Entrevistado 1 (2023) descreve como os antepassados Munduruku desceram o rio Tapajós em direção à terra firme como resposta à pressão colonial, movimento que conecta a ocupação atual a uma longa trajetória de resistência e adaptação, ao relatar que "pelos relatos dos nossos antepassados, muitos vieram baixando o rio como estratégia de fuga do dominante, saíram de suas aldeias e vieram baixando". Compreender a autoafirmação étnica como ato político, e não apenas como identidade subjetiva, exige partir dessa profundidade histórica. O Entrevistado 3 (2023) da associação da Aldeia Açaizal, descreve o processo de reconhecimento e declaração identitária como uma tomada de consciência progressiva, historicamente dificultada pelo medo de perseguição:

> No meu conhecimento, ninguém ocupou, nós já era Munduruku. Ainda não tinha o conhecimento de se declarar, e as pessoas tinham medo de se declarar indígena, porque a pessoa era criticada, é ameaçada. Com o decorrer do tempo [...] chegou o tempo de principalmente nós Munduruku perder aquele medo de se declarar. Aí fomos começando a participar dos movimentos e fomos perdendo aquele medo de dizer: sou da etnia Munduruku, eu nasci aqui, pois aqui já era Munduruku (Entrevistado 3, 2023).

A autoafirmação étnica insere-se no que Bourdieu (1989) denomina lutas de classificação, em que o reconhecimento indígena envolve disputas sociais, jurídicas e políticas ligadas ao acesso ao território. Essa dinâmica é sintetizada pelo Entrevistado 1 (2023): “somos os brotos dessas raízes”, metáfora que expressa continuidade histórica e reinvenção identitária como resistência ao apagamento. É sobre essa identidade contestada que se instala o conflito territorial, segunda categoria analítica. Segundo os entrevistados, ele ocorreu

em fases: chegada sob aparência de harmonia, apossamento progressivo e confronto aberto, revelando uma estratégia de ocupação baseada em sedução econômica inicial e pressão posterior. O Entrevistado 1 (2023) descreve com precisão a fase inicial:

> Foi nos anos 2000 e 2001 que chegou o primeiro sojeiro aqui na região. Chegaram de modo harmônico, pois quando se chega a um espaço desconhecido é de forma pacífica, e depois vão se apossando. Eles não chegaram espantando; chamavam as pessoas para trabalhar. No primeiro momento, havia muito trabalho (Entrevistado 1, 2023).

O Entrevistado 3 (2023) relata que a sedução econômica atingiu famílias sem experiência no mercado fundiário: "Muita gente que era inocente de conhecimento se iludiu com dinheiro, pensando que dinheiro não se acabava, e deram suas terras". À medida que a mecanização tornou a mão de obra dispensável e o controle da terra avançou pelos sojeiros, os conflitos se intensificaram. O Entrevistado 2 (2023) da Aldeia Cavada, relata que a partir de 2015 o confronto assumiu dimensões mais violentas: "*Na Aldeia Açaizal e Cavada, fizeram um ramal de cem metros de largura dentro da mata, enganando que era para estrada, mas era para soja. Começou o conflito; foi proibido pela justiça e hoje a mata está se recompondo*".

Um dado relevante que emerge das entrevistas é a prática de arrendamento de terras dentro do próprio território indígena. O Entrevistado 2 (2023) relata que, na Aldeia Cavada, uma área foi arrendada sob o pretexto de plantio, mas depois vendida ilegalmente dentro do território indígena. O caso evidencia a articulação entre arrendamento irregular, grilagem e venda de posses, dificultando a fiscalização ambiental e fundiária.

Paralelamente à violência aberta, os entrevistados descrevem estratégias de pressão silenciosa, caracterizadas por

assédio sistemático que não configura crime explícito, mas produz condições de vida insuportáveis para forçar a venda das terras. O Entrevistado 1 (2023) relata que, durante a colheita, há poeira constante e pulverização de agrotóxicos próximos às casas, como forma de pressionar as famílias a vender e sair. Além da perda da fauna e da flora comuns, a Entrevistada 4 (2023) destaca o impacto sobre a medicina tradicional, relatando a extinção local de plantas medicinais essenciais, como a sucubeira e o amapazeiro, destruídas pelo desmatamento mecanizado. Ela enfatiza que o uso de venenos fortes causa doenças imediatas, atingindo severamente crianças e idosos. Essa prática pode ser compreendida como violência simbólica (Bourdieu, 1989) e violência lenta (Nixon, 2011), pois deteriora gradualmente as condições de vida e a saúde dos indígenas.

A tentativa de cooptação de lideranças por meio de benefícios materiais também aparece nos relatos. Embora alguns tenham resistido, outros foram seduzidos, gerando divisões internas e enfraquecendo a resistência coletiva. O Entrevistado 1 (2023) compara a estratégia de avanço progressivo dos sojeiros à de uma doença que avança silenciosamente, ao afirmar que "tenho dito ao povo que é como uma doença, uma impingem que vai comendo pelas beiradas. Todo ano, empurram cinco metros ao redor de toda a área".

A pressão silenciosa relaciona-se aos impactos ecológicos e sanitários do uso intensivo de agrotóxicos, apontados nos quatro depoimentos como a forma mais imediata de degradação da vida nas aldeias, afetando corpos, culturas e meios de subsistência.

Esse dado tem implicações gravíssimas do ponto de vista do direito à saúde e do direito à consulta prévia, livre e informada, previsto na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002. Os danos não se restringem à contaminação da água. A deriva de

agrotóxicos sobre os cultivos indígenas é descrita pelo Entrevistado 3 (2023) com precisão técnica e indignação: "*O plantio da agricultura familiar indígena é afetado pelo veneno, quando os sojicultores aplicam sem hora, com vento ou chuva, engreguilhando as plantas, que não desenvolvem nem dão frutos [...] Tem veneno forte que, após três dias, sufoca com o cheiro*". A contaminação também produz desequilíbrios ecossistêmicos que sobrecarregam as áreas indígenas vizinhas. Ao eliminar quimicamente os insetos das lavouras de soja, os produtores transferem o ônus das pragas para as aldeias. O Entrevistado 1 (2023) descreve essa dinâmica ao relatar que "aumentaram as pragas com o uso de pesticidas, que vão para a produção dos pequenos produtores. Temos casas com áreas infestadas de saúva, que come feijão, milho, maniva, mas na soja, o veneno não deixa". Esse desequilíbrio é corroborado pela Entrevistada 4 (2023), que observa como as pragas, expulsas das lavouras de soja pelos agrotóxicos, migram para as plantações da agricultura familiar indígena de subsistência. Ela detalha ainda a contaminação por deriva, relatando que o veneno carregado pelo vento penetra em frutos consumidos *in natura* pelas famílias, como goiaba, mamão, açaí e bacaba.

A dimensão psicológica dos impactos, raramente captada pelas estatísticas oficiais de saúde indígena, emerge com força nos depoimentos. O Entrevistado 1 (2023) descreve como o barulho noturno dos tratores passou a modificar de forma traumática o cotidiano das famílias: "*Antes tu tinha uma noite tranquila, só com a zuada dos pássaros, do aracuã, da guariba. Um certo tempo pra cá a gente não consegue dormir devido essa zuada, parece que o trator está dentro de casa*". Essa perturbação sensorial contínua, que substitui os sons da floresta pelo ruído das máquinas, constitui uma

forma de violência ambiental que deteriora o bem-estar psíquico e rompe a relação cotidiana dos indígenas com seu território. Ademais, os igarapés, contaminados pelo escoamento de agrotóxicos, deixaram de ser fonte de água potável e espaço de banho e pesca. O Entrevistado 3 (2023) é direto ao descrever essa perda ao afirmar que "*nossos igarapés já acabou daqui da aldeia, ninguém usa a água do igarapé nem pra tomar banho nem pra beber, pra nad*a", aprofundando o isolamento das aldeias em relação ao ambiente que sustenta sua reprodução cultural.

Essa degradação ecológica e sanitária também afeta os sistemas alimentares, quarta categoria analítica, envolvendo dimensões econômicas, nutricionais, culturais e de soberania. Antes da chegada da soja, as aldeias mantinham um sistema alimentar diversificado e relativamente autossuficiente. O Entrevistado 1 (2023) descreve essa abundância "antes da soja, havia muitas árvores frutíferas no campo: castanheiras, piquiazeiros, taperebás, mangueiras, bacabeiras. Havia muitas lagoas com peixes, pássaros, patos... Tínhamos uma base alimentar". Com o avanço da soja no território, desapareceram as grandes árvores frutíferas nativas, rompendo a teia de relações ecológicas que sustentava a alimentação, a renda e a reprodução cultural das aldeias. A fauna, como paca, porco-do-mato e aves, foi expulsa pela destruição do habitat e pelo barulho das máquinas. Sua obtenção ia além da subsistência, possuindo valor econômico e simbólico ligado ao território e aos antepassados. O Entrevistado 3 (2023) sintetiza essa perda ao afirmar que "*não tem mais onde ajuntar umas castanhas, uxi, não tem onde a gente tirar uma bacaba, não tem mais onde matar uma caça pra comer*".

Essa situação caracteriza uma profunda afronta à soberania alimentar, compreendida como a capacidade dos povos de determinar autonomamente seus sistemas alimentares, incluindo as formas de produzir, distribuir e consumir alimentos, orientadas por princípios de sustentabilidade, valorização da produção familiar e respeito às especificidades culturais e à diversidade dos modos de vida camponeses, pesqueiros e indígenas (Via Campesina, 2001; Mendes; Gonçalves, 2023). Nesse sentido, a soberania alimentar implica a reconexão entre comunidades, natureza e sistemas de produção locais, por meio do fortalecimento de práticas sustentáveis, do empoderamento político e da defesa de modos de vida enraizados nos territórios. O Entrevistado 3 (2023) nomeia com indignação essa dimensão:

> Não estamos produzindo como antigamente, porque eles estão nos expulsando com veneno. Colocam veneno para nos expulsar. Eles dizem que não, mas os órgãos sabem. As pessoas vendem porque querem, mas não é; estão expulsando com veneno, agredindo aquela família de indígena que não produz mais, para entregar o terreno e ir embora (Entrevistado 3, 2023).

O que Nixon (2011) denomina violência lenta manifesta-se como uma forma gradual e invisível que amplia a vulnerabilidade e conduz ao deslocamento involuntário pelo esgotamento das condições de sustento. Trata-se de uma expulsão lenta, favorecida pelo poder público, constituindo a quinta categoria analítica.

No plano estadual e federal, a omissão dos órgãos ambientais é igualmente presente. Uma denúncia de desmatamento pode levar quinze dias ou mais para ser atendida, tempo suficiente para que o dano se torne irreversível. O Entrevistado 3 (2023) relata que uma denúncia de desmatamento de mais de quinhentos hectares, registrada em fevereiro, não havia recebido nenhuma resposta até o

momento da entrevista, ao concluir que "*os órgãos não tomam providências*".

Diante do abandono institucional e do alinhamento do poder público com o agronegócio, as aldeias Munduruku e Apiaká desenvolveram formas próprias de resistência, articulando mobilização política, alianças institucionais e fortalecimento identitário. O Ministério Público federal e estadual aparece como principal aliado, ao abrir canais de denúncia e instaurar procedimentos. A autodemarcação também surge como estratégia central diante da morosidade estatal. O Entrevistado 2 (2023) situa sua origem ao afirmar que "a nossa autodemarcação se deu através da luta contra os sojeiros que querem tomar a nossa terra. Buscamos nossos direitos para que seja demarcada o mais rápido possível".

A mobilização coletiva, que inclui audiências públicas, participação em comitês sobre agrotóxicos e articulação com organizações de direitos humanos, também aparece como dimensão fundamental da resistência.

A recusa da cooptação emerge como elemento dessa resistência. O Entrevistado 1 (2023) afirma que nunca recebeu proposta capaz de fazê-lo trair o povo, fundamentando essa posição em uma concepção coletiva do que significa ser indígena, ao afirmar que "*ser indígena é lutar por algo que vá beneficiar todo*s". A luta Munduruku e Apiaká articula ações práticas, como autodemarcação, denúncia de danos e acionamento do Ministério Público, com dimensões simbólicas, como fortalecimento cultural, recusa da cooptação e coesão comunitária. As seis categorias mostram que o conflito no Planalto Santareno vai além da disputa por terra: trata-se de expropriação da identidade, do território, da saúde, da alimentação e da capacidade de resistir, enfrentado pelas aldeias

com recursos desiguais, mas com forte resistência conforme o Entrevistado 1 (2023) sintetiza.

Considerações Finais

O artigo demonstrou que a expansão do agronegócio de grãos no Planalto Santareno consolidou um processo de acumulação por espoliação que vai além do conflito fundiário, atingindo a identidade coletiva, a saúde e a soberania alimentar dos povos Munduruku e Apiaká. Nessa dinâmica, o Estado participa diretamente pelo financiamento público via crédito rural concentrado em grandes produtores e pela construção da infraestrutura logística, e indiretamente pela omissão sistemática dos órgãos de fiscalização. O poder do agronegócio na região, portanto, não é apenas econômico-privado, mas ativamente construído e sustentado por escolhas institucionais.

A valorização da terra superior a 800% em duas décadas funcionou como incentivo ao desmatamento, convertendo florestas em pastagens e, posteriormente, em lavouras de grãos mecanizadas. Os impactos socioambientais revelaram-se multidimensionais: o uso intensivo de agrotóxicos contamina corpos hídricos e o ar, produzindo doenças respiratórias, intestinais e crises alérgicas nas aldeias. A pulverização próxima às residências e o ruído contínuo das máquinas deterioraram o bem-estar e a integridade psíquica das comunidades, configurando uma violência lenta. A destruição de espécies frutíferas nativas, como castanheiras e piquiazeiros, e a expulsão da fauna local comprometeram as roças de subsistência e as fontes tradicionais de coleta e caça, aprofundando a insegurança alimentar.

Diante desse avanço, a resistência dos povos Munduruku e Apiaká constitui a principal barreira contra o apagamento identitário. Por meio da autodemarcação, da mobilização política junto ao Ministério Público Federal e da recusa à cooptação, essas comunidades reafirmam que sua luta transcende a posse da terra, configurando uma defesa da vida e do território como bens comuns, ancorada em uma identidade que se reinventa para garantir a sobrevivência física e cultural frente ao avanço das fronteiras comoditizadas.

Referências

ALPHAMAR. Agência Marítima. **Relatórios 2012 a 2025**. 2025.

ANDRADE, E. B. de; EL-HUSNY, J.; SILVEIRA FILHO, A. O agronegócio de grãos no Pará: uma alternativa sustentável para recuperação de áreas alteradas. *In*: ANDRADE, E. B. de (org.). **A geopolítica da soja na Amazônia.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

AZERÊDO, R. F. **Fazendas corporativas sojícolas e acumulação de capital no início do século 21**: os novos senhores da terra na região do MATOPIBA. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Geografia, João Pessoa, 2022.

AZEVEDO, G.; KATO, K. O corredor logístico do Tapajós, investimentos em infraestrutura e o modo de vida de povos tradicionais. **Revista Ideas** (online), v. 18, p. 1-27, 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEM). **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília/DF: BACEN, 2025.

BARROS, M. Dinâmica dos portos graneleiros da soja na Amazônia brasileira: o caso de Santarém e Itaituba, Pará. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 44, p. 1-22, 2024.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia:** a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAZULA, L. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia:** o caso da gleba Pacoval, Pará. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses /disponiveis /8/8136/tde-15102021-214354/pt-br.php. Acesso em: 10 mar. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Os impactos sociais da soja no Pará**. Santarém: CPT Santarém/PA, 2008. Disponível em: http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/soja_para.pdf. Acesso em: 09 fev. 2026.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil central:** geopolítica e economia. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, p. 1-22, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/tykKcbYvdnsX5CHcH97qNcd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2026.

FABBRI, F.; OLIVEIRA, A. P. Os preços de terras agrícolas desacelerarão em 2024? **Scot Consultoria**, Bebedouro, 15 mar. 2024. Disponível em: https://www.scotconsultoria.com.br /noticias/artigos/57353/os-precos-de-terras-agricolas-desacelerarao-em-2024.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

FACCHINI, C.; HERRISSON, L. **Jornal Valor Econômico**, n. 71, ano 1, 9 ago. 2000.

FNP. **Anuário da agricultura brasileira.** São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2012-2020.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas: São Paulo, 1994.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INESC. **Soja no corredor logístico norte:** EPICC v3. Brasília: INESC, 2025. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/ 2025/04/clua-soja_corredor_logistico_norte_epicc-v3.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Pará – Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Rio de Janeiro: IBGE, [2025]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ pesquisa/15/11863. Acesso em: 16 dez. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Terra Brasilis:** PRODES. São José dos Campos: INPE, 2025.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 155-173, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 mar. 2026.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias.** São Paulo: EdUNESP, 2013.

MENDES, C; GONÇALVES, J. Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994-2015). **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, e023009, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8RNJrYrVL3xFVTsD5nrZsWD/. Acesso em: 27 mar. 2026.

MONTEIRO, M. J. C. Preço de terra: uma queda esperada. **AgroANALYSIS**, v. 17, n. 1, jan. 1997. Disponível em: https://periodicos. fgv.br/agroanalysis/article/view/48348/46467. Acesso em: 27 mar. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Município de Santarém. **Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela**. Inquéritos Civis n. 1.23.002.000393/2014-95;

1.23.002. 000432/ 2004-82; 1.23.002.000116/2013-00 (Apenso: 1.23.002.000568/2013-83). Santarém: MPF, 29 maio 2018.

NIXON, R. **Slow violence and the environmentalism of the poor.** Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-102, 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/hN3hk6JsVVyLBLR rJC9cRyR/. Acesso em: 27 mar. 2026.

PUTY, C.; ALMEIDA, O.; RIVERO, S. A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico. **Ciência Hoje**, v. 40, p. 44-48, 2007.

TERRA DE DIREITOS. **Sem licença para destruição:** Cargill e violação de direitos no Tapajós – Itaituba. Santarém, 2023. Disponível em: https://semlicencaparacargill.org.br/assets/estudo-completo-cargill-santarem.pdf.

TORRES, M. **Amazônia revelada:** os descaminhos ao longo da BR-163. 1. ed. Brasília: CNPq, 2005. v. 1. p.496.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **Declaración final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria**. La Habana, 7 set. 2001. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/ sites/default/ files/documents/t1d00123.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020

WESZ JUNIOR, V; KATO, K; LEÃO, A; LEÃO, Sandro; LIMA, M. Dinâmicas recentes do agronegócio no Oeste do Pará (Brasil): expansão da soja e estruturação de corredores logísticos. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 22, p. e174, 2021.